

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 7 de agosto de 2023 - Ata n.º 68.

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e três, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelas Sr.ªs Deputados **Cloara Pinheiro** (na função de 1.º Secretária) e **Gugu Bueno** (na função de 2.ª Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **68.ª Sessão Ordinária da 1.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Deputado Gugu Bueno que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno - PSD): Minha saudação, Sr. Presidente, a todos os Deputados e Deputadas presentes. (Procedeu à leitura da Ata da 67.ª Sessão Ordinária, de 2 de agosto de 2023.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada**. (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ªs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto a Deputada Cloara se há Expediente a ser lido.

SR.ª 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 146/2023** da Prefeitura Municipal de Curitiba, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 628/2023** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros no âmbito do programa Segurança Públicos, combate à corrupção, ao crime organização, ao crime violento, sob a gestão do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem por objeto a “Construção da Penitenciária Estadual de Ribeirão do Pinhal”; **Ofício n.º 660/2023** do Gabinete do Governador, comunicando a sanção do Projeto de Lei n.º 549/2023, o qual convertido em Lei recebeu o n.º 21.588; **Ofício n.º 674/2023** da Caixa Econômica Federal, encaminhando informações referentes ao crédito de recursos financeiros, orçamento geral da união, firmado com o Estado do Paraná, que tem por objeto “Ações Estruturantes de Habilidade, Urbanismo e Prevenção Ambiental dos Mananciais de Água Formadores do Rio Iguaçu”; **Ofício n.º 1351/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 626/2023**) que altera a Lei n.º 20.539, de 20 de abril de 2021; **Ofício n.º 1441/2023** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encaminhando Anteprojeto de Lei (**autuado sob o n.º 627/2023**) que autoriza o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná a efetuar a doação do imóvel que especifica ao município de Bandeirantes; **Ofícios n.ºs 1839/2023, 1843/2023, 1847/2023 e 1845/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Infraestrutura e Logística a Requerimentos do Deputado Tercilio Turini; **Ofícios n.ºs 1841/2023 e 1851/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimentos do Deputado Evandro Araújo; **Ofícios n.ºs 1842/2023, 1844/2023, 2044/2023 e 2165/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Infraestrutura e Logística e da Secretaria de Estado da Educação a Requerimentos do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 1846/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a requerimento do Deputado Moacyr Fadel; **Ofício n.º 1850/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do

Deputado Do Carmo; **Ofícios n.ºs 1852/2023 e 1840/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimentos do Deputado Arilson Chiorato; **Ofício n.º 1853/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento da Deputada Luciana Rafgnin; **Ofício n.º 1856/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Douglas Fabricio; **Ofícios n.ºs 1858/2023, 1862/2023 e 1971/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretaria de Estado da Saúde e da Secretaria de Estado da Educação a Requerimentos da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 1859/2023** da Casa Civil, encaminhando respostas da Secretara de Esporte a Requerimento do Deputado Goura; **Ofício n.º 1864/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável a Requerimento do Deputado Professor Lemos; **Ofício n.º 1965/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Companhia de Saneamento do Paraná a Requerimento da Deputada Ana Júlia Ribeiro; **Ofício n.º 1966/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento do Deputado Batatinha; **Ofício n.º 1973/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 1974/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a Requerimento do Deputado Fabio Oliveira; **Ofício n.º 2108/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística a Requerimento do Deputado Delegado Jacovós; **Ofício n.º 2046/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Educação a Requerimento do Deputado Thiago Buhrrer; **Ofício n.º 2048/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência a Requerimento dos Deputados Renato Freitas e Professor Lemos; **Ofício n.º 2099/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da Secretaria de Estado da Segurança Pública a Requerimento do Deputado Delegado Soldado Adriano José; **Ofício n.º 2125/2023** da Casa Civil, encaminhando as licitações promovidas no âmbito da Copel no mês de junho de 2023; **Ofício n.º 2164/2023** da Casa Civil, encaminhando resposta da

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável a Requerimento do Deputado Anibelli Neto. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O Grande Expediente de hoje, por proposição do Deputado Luiz Claudio Romanelli, está destinado para ouvirmos o Presidente da Confederação Maçônica do Brasil - Comab, Sr. Cristian Flores, Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná, empossado no último dia 4. Anunciamos aqui na Casa a presença do Sr. Roberto Fonseca, Assessor de Relações Institucionais do Grande Oriente do Paraná; Luiz Fernando, Assessor de Imprensa do Grande Oriente do Paraná; Sr. Clifford Stamm, membro Diretor do Washington Memorial, e sua esposa Cindy Stamm. Agradecer também a esposa do Sr. Cristian Flores, Sr.^a Carla Flores. Tenho a honra de conceder a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli, para que faça a saudação aos nossos convidados e visitantes. Da mesma forma, também anuncio a presença do Vereador Ferrugem, de Almirante Tamandaré. Sejam todos bem-vindos. Com a palavra o Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados e prezados visitantes, inicio cumprimentando o Sr. Cristian Flores, Presidente da Confederação Maçônica do Brasil, que foi empossado no último dia 4, inclusive em um grande evento realizado aqui nesta Assembleia Legislativa. E quero aqui publicamente, inclusive, agradecer ao nosso irmão Deputado Soldado Adriano José que, em face da minha impossibilidade de estar presente, presidiu a solenidade em nome da Assembleia Legislativa. Quero cumprimentar o Roberto Fonseca, assessor de relações institucionais do Grande Oriente do Paraná; o Luiz Fernando, assessor de imprensa do Grande Oriente do Paraná. E quero cumprimentar aqui, desejando boas vindas: *Welcome, Mr. Clifford Stamm, Director Member off the Washington Memorial, and his wife Cindy Stamm.* Cumprimentar, ainda, a Sr.^a Carla Flores, esposa do nosso querido irmão Cristian Flores. Eu gostaria, Sr. Presidente, senhoras e senhores, de poder aqui dizer algumas palavras sobre a maçonaria e, ao mesmo tempo, dizer que esta é uma justa homenagem à maçonaria e uma especial reverência ao Grão-Mestre Cristian Adrian Flores Maldonado, do Grande Oriente do Paraná, uma instituição com 120

anos e 178 lojas maçônicas associadas. O irmão Cristian, permita aqui publicamente referenciá-lo, também lidera a chamada Zona 5 da Confederação Maçônica Interamericana, e foi eleito para presidir a Confederação Maçônica do Brasil. Pela relevância das atividades, hoje ele recebe Menção Honrosa desta Casa. Em nome do nosso estimado irmão, cumprimento a todas as lideranças maçônicas do nosso estado. Na última semana, Curitiba recebeu justamente um dos maiores eventos da maçonaria, e foi um momento importante para discutir os rumos dessa instituição filosófica que a cada dia fica mais aberta à sociedade. Não que a maçonaria seja uma sociedade secreta, como muitos imaginam, mas trata-se, isto sim, de uma instituição discreta, que ao longo da história optou por realizar a sua obra de forma reservada. E não foram poucas as contribuições ao desenvolvimento humano e social do Brasil e do mundo. Para ficar apenas no aspecto histórico, os maçons tiveram relevante participação na independência do Brasil, na formação da República e na abolição da escravidão. Tudo baseado na escolha de homens, dos seus membros homens, de bons princípios, que tem como fundamento os da própria revolução francesa: da liberdade, igualdade e fraternidade. A maçonaria promove o aprimoramento moral e intelectual de seus membros e da sociedade, defende a tolerância, a solidariedade e a verdade, respeita a todas as crenças e credos. Lembremos que para se tornar um maçom é necessário, primeiro, acreditar na força de um ser superior - na minha fé, Deus. Senhoras e senhores, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, a origem da maçonaria, diz a história, é a reunião de obreiros responsáveis pela construção de catedrais e estruturas monumentais, como o do templo do rei Salomão. Na maçonaria o foco é a edificação, seja de obras físicas ou ações para construir uma sociedade mais justa e humana. Ou seja, em resumo, a maçonaria incentiva que busquemos o melhor de nós, ela promove os direitos humanos, respeito ao próximo e a igualdade, combate a discriminação, a opressão e a injustiça. O maçom também, claro, é um ser político como indivíduo, ativo, e deve, entre outras missões, estimular a consciência política, a responsabilidade civil e o fortalecimento da democracia. Como vimos, a maçonaria é multifacetada e abrangente, como sempre em busca de soluções e resultados concretos. Por isso, ao irmão Cristian

deixo meu sincero reconhecimento pela liderança. Ficam também os votos de uma gestão cheia de sucesso na Confederação Maçônica do Brasil. Como todos sabemos, competência e vontade de fazer o bem não lhe faltam. Muito obrigado, que o grande arquiteto do universo siga nos protegendo e iluminando o caminho de todos nós. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento ouviremos o Sr. Cristian Flores, Presidente da Confederação Maçônica do Brasil e Grão-Mestre do Grande Oriente do Paraná.

SR. CRISTIAN FLORES: Excelentíssimo Sr. Ademar Traiano, Presidente; Ex.^{ma} Sr.^a 1.^a Secretária, Deputada Cloara; Ex.^{mo} Sr. 2.^o Secretário, Deputado Gugu Bueno; Ex.^{mos} Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas. Muito boa tarde, *Disting-guest or brother* Clifford. Estou presente aqui representando o Grande Oriente do Paraná, com os seus 5.200 membros; também a Confederação Maçônica do Brasil, presente em quase todos os estados da União, com 45 mil membros; e a Zona 5, ou região 5, da CMI - Confederação Maçônica Interamericana, que conta com mais 168 mil membros em todo o território nacional. Estou acompanhado da minha esposa Carla e do ilustre Irmão Clifford Stamm e sua esposa Cindy. Clifford Stamm, Grão-Mestre da Grande Loja de Connecticut, nos Estados Unidos, e atual membro da Diretoria do Washington Memorial. Bem como dos nossos assessores, irmão Roberto Fonseca e irmão Fernando Dias. Viemos aqui para agradecer aos Ex.^{mos} Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas desta Casa, que nos concederam a honra de aqui realizarmos a cerimônia de posse da Confederação Maçônica do Brasil e a comemoração dos 120 anos do Grande Oriente do Paraná. Durante a semana passada, tivemos uma sequência de atividades bastante intensa, ocasião em que recebemos Presidentes que denominamos os Grãos-Mestres de 45 instituições nacionais, que são denominadas Grandes Lojas ou Grandes Orientes, bem como de instituições internacionais dos seguintes países: Portugal, França, México, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Bolívia e Estados Unidos. Dos Estados Unidos, o irmão Clifford está aqui ainda presente e os outros já retornaram. Todas as delegações elogiaram o evento, especialmente a beleza da cidade e a magnitude desta Casa de Leis, bem como a realização da sessão. Com relação à

Ordem Maçônica, e para contextualizarmos, um dia estava eu na nossa sede, que fica ali no Jardim Botânico, onde temos 11 templos maçônicos e uma circulação de 300 pessoas todos os dias para as reuniões maçônicas, e um rapaz que havia ingressado havia pouco, ele me parou e me perguntou: *Posso fazer uma pergunta Grão-Mestre?* Eu falei: *Claro, se eu puder responder, ficarei muito feliz.* E ele disse o seguinte: *Qual é o nosso propósito? Para que viemos aqui? Qual é o nosso papel como maçons?* Aí eu falei: *Olha, são muitas perguntas e todas elas bastante profundas. Todas essas perguntas já foram feitas pelos grandes filósofos da humanidade.* O que mais me interessou nele foi a vivacidade no olhar dele e, nesse olhar, meu querido irmão, e aí quero me permitir te chamar de irmão, irmão Luiz Claudio Romanelli, o brilho dele era tanto que ele me fez lembrar daquele momento quando fui adentrar e recebido uma vez por uma loja maçônica, onde senti meu coração palpitar alto e vi muitos senhores, pessoas respeitáveis, a quem, depois, pude chamar de irmãos. Em seguida, conheci suas famílias, que abriram a porta do seu convívio, e agora fazem parte do meu círculo mais próximo de convivência. E depois conheci pessoas ao redor do mundo, respeitáveis e cultas personalidades, que me mostraram o caminho da diplomacia e do maravilhoso convívio cultural internacional. Esse não foi um privilégio somente meu. É um privilégio de todo aquele que adentra a uma loja maçônica. O ser humano é um ser social. A humanidade sempre se reuniu em grupos, pois o homem fica fortalecido com esse convívio e intercâmbio. O Grande Oriente do Paraná está no transcurso do seu aniversário de 120 anos. Homens que ajudaram a construir o Estado do Paraná foram membros laureados do nosso Grande Oriente do Paraná. E diversos nomes das ruas da nossa cidade e do nosso estado têm como nomes os nossos Grão-Mestres, como, por exemplo, o Dr. Trajano Reis, o médico dos pobres; Generoso Marques; Affonso Camargo; Major Couto Pereira; entre centenas deles. O Grande Oriente do Paraná foi fundador do Colégio de Grão-Mestres da Maçonaria, que hoje é conhecida como Comab, que completou e celebrou seu aniversário e que, no sábado, tivemos a honra de ser empossado como presidente. Agradeço de coração ao meu irmão Ex.^{mo} Deputado Luiz Claudio Romanelli pela proposição, também ao Ex.^{mo} Deputado Adriano José pela

proposição e condução da cerimônia. E salientar que a maçonaria é autoaperfeiçoamento, é caridade, é cultura, é filosofia, é civismo, é família, é alegria, são boas maneiras. E a maçonaria é uma instituição com grande papel dentro da sociedade. Muitíssimo obrigado pela cordial atenção.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Neste momento **suspendo a Sessão** por alguns instantes, para a entrega de uma Menção Honrosa e registros fotográficos com o Sr. Cristian Flores, Presidente da Confederação Maçônica do Brasil.

(SESSÃO SUSPensa.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Primeiro orador inscrito, Deputado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Ademar Traiano; cumprimento o Líder do Governo e o Líder da Oposição; cumprimento a imprensa que nos assiste; cumprimento você cidadão de bem, cidadão honesto que também nos assiste na *TV Assembleia*. Obviamente que não cumprimento os bandidos que nos assistem, porque esses não merecem cumprimentos. Senhores, quero parabenizar o Governo do Estado do Paraná e esta Assembleia Legislativa pela aprovação da Lei n.º 21.555, que foi publicada no Diário Oficial do Estado, agora, no dia 7 de julho. O que traz essa lei? Senhores, aquilo que já discutimos na Casa, que é a criação do Cosud, que é o Consórcio de Integração Sul e Sudeste, composto pelos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Esse consórcio representa, senhores, nada mais, nada menos, Sr. Presidente, que 70% da economia. Sete estados da Federação com 70% da economia. Lembrando que temos 27 estados federados e temos 56% da população. E temos como Presidente ninguém menos que o nosso Governador do Estado Ratinho Júnior, representando esses sete estados da Federação no Cosud. E por que a importância, Sr. Presidente? Porque estamos atentos aos atos, Sr. Renato Freitas, do Governo Federal, principalmente na reforma tributária, quando tentaram

emplacar um conselho federativo com os 27 estados da Federação, com o mesmo direito a voto. Ora, se nós representamos 56% da população e temos 70% da economia não é justo, não é correto, não é proporcional, não é razoável que tenhamos um voto como os demais estados da federação. Temos que compreender que o Paraná e os demais estados do Cosud merecem o respeito, e merecem o respeito político e merecem o respeito econômico. Nós aqui, Sr. Renato Freitas, também temos problema de saúde, de segurança e educação, e não podemos permitir que o Governo Federal subtraia nossos direitos, os direitos da nossa população, até porque aqui temos, Sr. Presidente, mais pessoas que trabalham do que pessoas que recebem Bolsa Família. É isso mesmo! Aqui no Estado do Paraná, Sr. Presidente, temos 619 mil pessoas, Sr. Renato Freitas, que recebem o Bolsa Família e temos 2 milhões e 953 pessoas que têm carteira assinada. Já, de forma antagônica e inversa, o estado do Maranhão, estado do senhor Flávio Dino – nosso Ministro da “injustiça” – tem 1 milhão 255 mil pessoas, senhores jornalistas, 1 milhão 255 mil pessoas com Bolsa Família e 580 mil com carteira assinada. Cada estado tem seus problemas. Como se diz naquelas brincadeiras de criança: *Ema, ema, ema, cada um com seus problemas*. Se aqui trabalhamos, se aqui produzimos; se em Santa Catarina, por exemplo, temos 2 milhões 379 mil pessoas com carteira assinada e só 234 mil Bolsa Família; não podemos aceitar, senhor jornalista, uma equiparação com outros estados da federação. Temos que cobrar não uma secção, jamais, em tempo algum, mas temos que cobrar o respeito federativo, com autonomia para os estados da federação. Cada estado que resolva os seus problemas, Sr. Renato Freitas. Se alguns estados têm uma economia forte, se alguns estados têm um número enorme de pessoas que trabalham, a contrapartida deve ser proporcional a esses estados da federação. Por isso, parabênizo, Sr. Presidente, pela aprovação da Lei n.º 21.555. Parabênizo o Governador do Estado, que é o nosso Presidente, e menciono que existem absurdos, principalmente em estados administrados pelo antigo coronelismo, coisa que aqui não temos no Estado do Paraná. Estaremos atentos, *porque* o Cosud é de extrema... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Tito, V.Ex.^a passa a usar o Horário da Liderança do seu Partido.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICHELLO (UNIÃO): Temos que estar atentos porque o Cosud, presidido pelo nosso Governador do Estado, é de extrema importância para o nosso desenvolvimento, para termos saúde, para termos segurança e termos educação. Como falei, em momento anterior, se temos 70% dos valores tributários recolhidos isso deve permanecer nos estados que produzem. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todas e todos, ao tempo em que cumprimento nossa população que acompanha esta Sessão. Quero fazer um cumprimento especial aos funcionários e funcionárias de escola do nosso Estado do Paraná, que são educadores, são profissionais da educação. Hoje, dia 7 de agosto, é o Dia Estadual dos nossos funcionários e funcionárias de escola. Tive a honra de ser o autor desta Lei. Ela foi aprovada em 2009 e implementada a partir de 2010, dando visibilidade a esses profissionais que contribuem de forma fundamental para a formação dos nossos estudantes. Nas escolas não somos só professores, somos professores e somos também funcionários de escola, somos profissionais da educação. E aqui no Paraná temos, hoje, mais de 15 mil funcionários e funcionárias de escola estatutários, que passaram por concurso público, mas temos também milhares de funcionários de escola com contrato temporário. Esse contrato temporário nasceu da terceirização. O que é um absurdo! Portanto, precisamos, nesta data, além de parabenizar os funcionários de escola, reivindicar a carreira de volta dos funcionários de escola. Aqui no final do ano, em 2020, foi aprovada uma lei extinguindo o cargo de funcionário de escola, o cargo estatutário, ao vagar. Quando aposenta um funcionário, uma funcionária, aí este cargo fica extinto. Portanto, precisamos como valorização desses profissionais, como homenagem a esses profissionais, restabelecemos a carreira, revogando

esta Lei que pôs em extinção ao vagar esses cargos. E valorizando esses profissionais, fazendo uma reestruturação da carreira, e conferindo a esses funcionários de escola o que é conferido aos demais servidores do Poder Executivo, que tem a mesma carga/horária semanal de trabalho e a mesma formação. Esses profissionais estão recebendo, hoje, o menor salário entre todas as categorias do serviço público no Estado do Paraná. Então, precisamos corrigir isso. Quando, em 2008, foi aprovada nesta Casa a criação da carreira específica dos funcionários de escola, o QPPE, esses funcionários pertenciam ao Quadro Próprio do Poder Executivo. E aqui foi criado, então, o QFEB. O QFEB derivou do Quadro Próprio do Poder Executivo, do QPPE, tinha o mesmo salário até o mês de abril deste ano, quando os demais servidores do QPPE tiveram reestruturação da carreira e mudou o salário, mudou a carreira. E os funcionários de escola, nas mesmas condições, permaneceram, então, com a mesma tabela salarial, sem reestruturação. Está em curso no Governo uma proposta que tramita nas diferentes secretarias – iniciou-se pela Educação, já passou pela Secretaria de Administração e Previdência, encontra-se neste momento na Secretaria da Fazenda. Precisa dar celeridade a esta proposta, chegando na Casa Civil, para que o Governador assine e mande para esta Casa com urgência, para darmos igualdade, isonomia, a esses que exercem a mesma jornada de trabalho todos os dias, todas as semanas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Professor Lemos, V.Ex.^a passa a usar o Horário da Liderança.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Sim, Sr. Presidente. Então, os nossos funcionários e funcionárias de escola precisam da reestruturação da carreira, precisam receber, também, vantagens que outras categorias recebem, como, por exemplo, são os funcionários de escola que não recebem auxílio-alimentação. E aí muita gente fala: *Não recebem?* Não recebem! Aqueles R\$ 600 conferidos a outras categorias, de auxílio-alimentação, não é pago aos funcionários de escolas do Estado do Paraná.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): E eles precisam. Deputado Evandro Araújo, por gentileza.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Professor Lemos, é de fato um dia muito oportuno. Vossa Excelência deve ter falado, no início da sua manifestação, que hoje é o dia do funcionário de escola. Então, é muito oportuno trazer o tema do QFEB ao Plenário. Há bastante tempo, o Deputado Gugu Bueno, que hoje responde pela Liderança do Governo, acompanha esse assunto. Ainda antes de sair da Assembleia, no mandato passado, o Deputado Gugu já sabia do assunto porque tratamos disso pessoalmente. Inclusive, Deputado Lemos, V.Ex.^a lembra que conseguimos evitar que fosse cometida uma injustiça em relação ao adicional noturno, naquela época, com uma Emenda que fizemos para poder corrigir uma proposta enviada pelo Governo a esta Casa. Quero dizer que tem meu total apoio, estamos acompanhando esse assunto. Muita gente não sabe ou ignora ou talvez não se deu conta de que uma escola não abre se não tiver um zelador, uma merendeira, se não tiver o bibliotecário, se não tiver a pessoa da Secretaria. Uma escola não abre se não tiver esses profissionais. Tivemos, nos últimos anos, – e aí eu endosso a sua manifestação – nos últimos anos, tivemos, Deputado Traiano, nosso Presidente, envio de matérias que versam sobre carreiras a esta Casa, mas que deixou esse funcionário que é de uma importância enorme para o funcionamento da escola absolutamente de fora. Então, assim, a escola não funciona sem esses funcionários e precisamos dar essa atenção. Como foi dito aqui, tem a proposta em curso, precisamos avançar nessa proposta o quanto antes, e eu quero aqui, se o Deputado Hussein estiver nos ouvindo, que também estimo melhoras para ele depois da cirurgia. Quero aqui dizer que o Deputado Hussein se comprometeu, também, publicamente, antes do nosso recesso, de tratar do tema ainda no mês de agosto, ainda no pós-recesso. Então, muito bem lembrado. Quero também parabenizar a todos os *funcionários* de escolas, e dizer que aqui na Casa temos o apoio de vários Deputados e Deputadas com essa pauta. Queremos votar, nos próximos dias, a correção dessa carreira, dar os mesmos benefícios e, obviamente, fazer valer a justiça aí em relação a esses que

fazem o dia a dia da escola acontecer. Então, obrigado, Deputado Lemos, pelo Aparte, e era isso.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Eu que agradeço, Deputado Evandro Araújo. O Aparte de V.Ex.^a contribuiu muito aqui com o nosso pronunciamento nesta tarde. Quero cumprimentá-lo também pelo trabalho bonito que V.Ex.^a faz na defesa dos servidores, e aqui em especial dos profissionais da educação. Então, nosso muito obrigado por esse esforço que V.Ex.^a tem feito. E esse esforço é valoroso. Quero aqui também aproveitar para cumprimentar o Deputado Hussein Bakri que, mesmo se recuperando de uma cirurgia, está atento, está acompanhando. Eu pude, por telefone, falar com ele na semana passada. Ele disse que não vê a hora de voltar aqui para Assembleia e disse que está à disposição, sim, para encaminharmos as demandas dos funcionários de escola, e que esse Projeto possa vir para ser votado aqui o quanto antes na Assembleia. Aproveito mais uma vez, também, para pedir ao Deputado Gugu Bueno, que está aqui respondendo como Líder do Governo, para que também caminhe conosco no sentido de melhorarmos o Projeto que tramita no Governo, fazer chegar aqui na Assembleia e votarmos esse Projeto, para fazer justiça aos funcionários de escola. E o dia 7 de agosto é exatamente o dia que lá em Brasília foi publicada a Lei, que foi assinada pelo Presidente Lula, à época, para incluir na LDB, lá no art. 61, os funcionários de escola como profissionais da educação. Então, ao lado dos professores e professoras, dos pedagogos e pedagogas, está também o funcionário e a funcionária de escola como profissional de educação. E ainda no Governo do Presidente Lula, naquele primeiro Governo, se criou um programa chamado *Profucionário*, e o Paraná aderiu, fez um convênio com o MEC, e os nossos funcionários passaram por formação pedagógica e formação técnica. Então, os nossos funcionários são muito preparados. Além de fazer a formação ofertada pelo Estado, foram também para universidade. Praticamente todos os nossos funcionários de escolas fizeram um curso superior, alguns deles já fizeram mais do que uma especialização. Então, são profissionais que têm todo o nosso respeito e que precisam da valorização adequada, porque fazem um trabalho diferenciado a favor da educação, a favor da aprendizagem dos nossos alunos.

Então, mais uma vez, aqui, quero parabenizar a todos os funcionários e funcionárias de escola do nosso Estado. E mais do que dizer parabéns aos nossos funcionários e funcionárias, reafirmar o compromisso de caminhar todos os dias com esta importante categoria do serviço público, que faz a diferença a favor da educação dos nossos estudantes no Estado do Paraná. Então, fica aqui, mais uma vez, a nossa solicitação ao Governo para que apresse a tramitação do Projeto de reestruturação dessa importante carreira, e que também mande para Assembleia o Projeto para retomarmos a carreira e os cargos dos funcionários de escola do Estado do Paraná, e que confirmem aos funcionários de escola do Paraná também o auxílio-alimentação, que outros servidores do Estado já recebem há um bom tempo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do assessor jurídico da Prefeitura de Barracão, Sr. Alaor Andrade, por solicitação desta Presidência. Seja bem-vindo. Vi há pouco o Prefeito de Rio Negro, o James, nosso amigo; também seja bem-vindo a Casa. Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Hoje é um dia bastante especial. O Deputado Professor Lemos já comentava aqui e eu também quero, neste momento, inicialmente, parabenizar a todos os funcionários e funcionárias de escola. Estamos falando aqui de quem cuida, de quem trabalha e faz o alimento, de quem organiza, de quem limpa, de quem faz realmente acontecer a educação no dia a dia. Então, parabéns a todos os funcionários e funcionárias de escola. Nossa gratidão pelo trabalho realizado. E com certeza estamos aqui juntos, como disse o Professor Lemos, na soma do respeito a todos os funcionários e funcionárias; e estamos aqui na luta, na defesa dos direitos de todos os funcionários e funcionárias de escola. Hoje também, além de ser o dia dos funcionários e funcionárias de escola, é o dia que a Lei Maria da Penha completa 17 anos, Deputada Mabel. Dezesete anos da Lei Maria da Penha e, com certeza, avançamos muito, mas temos ainda grandes desafios pela frente. E quando falamos na Lei Maria da Penha estamos falando que, sem dúvida nenhuma, é uma das principais leis que fazem o enfrentamento, Deputada Cloara,

à violência doméstica e familiar. Estamos falando que ainda vivemos uma gravidade imensa com relação à violência que ocorre contra a mulher, e nesta Casa apresentei um Projeto de Lei e, logo na sequência, também, outros Deputados apresentaram, e de uma maneira especial o Deputado Arilson, o Deputado Goura, também apresentaram um Projeto semelhante, que foi anexado ao nosso Projeto, que é o Projeto que vamos votar hoje em primeira votação, o Projeto de Lei n.º 350/2019, que prevê e que pede que no Estado do Paraná possamos ter em cada delegacia onde não temos a delegacia da mulher uma sala de atendimento especial, uma sala de acolhimento às mulheres vítimas de violência ou às mulheres em situação de violência. Falamos porque imaginamos a dificuldade que enfrenta uma mulher que tem que ir para uma delegacia para fazer um registro, para fazer um BO e ter que submeter a ficar em uma fila onde estão todas as pessoas que estão lá para registrar um BO, que com certeza vão olhar para essa mulher, Deputada Mabel, e vão fazer inúmeras perguntas, e ela precisa reviver novamente toda a situação de violência que viveu, contando para as pessoas o que realmente aconteceu com ela, tem que se submeter novamente ao que falo ser uma sessão de tortura novamente. Por isso que nós, Deputados que apresentamos este Projeto, esperamos o apoio de todos os Parlamentares desta Casa, apresentamos este Projeto que prevê então uma sala de acolhida a essas mulheres nas delegacias. Temos 399 municípios no Estado do Paraná e temos apenas 21 Delegacias da Mulher, Deputada Márcia. Então é importante, sim, que nas delegacias possamos ter essa sala, que vai dar um atendimento especial às mulheres que estão em situação de violência ou às mulheres vítimas de violência. Têm alguns dados que nos assustam quando falamos da crueldade que ainda é a violência contra a mulher, como o que tivemos aqui do Tribunal de Justiça, que coloca que só no início deste ano, nos primeiros seis meses, tivemos cerca de 26 mil 522 novos casos de violência doméstica. Estamos falando do Estado do Paraná! Tivemos 128 registros de feminicídios. Se olharmos os dados que estão colocados para nós, vamos perceber que são quase 150 medidas protetivas por dia que são emitidas no Estado do Paraná. Deputado Do Carmo, esse é um dado que nos assusta muito, mostra a gravidade da violência que temos contra a

mulher no nosso Estado. Claro que sabemos que esta violência também está no nosso País, só no ano passado foram 250 mil novos casos registrados de violência contra a mulher e um feminicídio a cada seis horas... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputada Luciana, um minuto para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Isso significa que a cada seis horas tivemos uma mulher que foi assassinada por um ex-companheiro ou por seu companheiro, e isso nos assusta muito e nos remete aqui a uma grande reflexão sobre a violência contra a mulher. Quando uma mulher sofre uma violência, quando existe uma violência contra uma mulher não é contra uma mulher, é contra todas nós; e enfrentar essa violência não é um problema só das mulheres, não é só para as mulheres, mas é sim para todos. Toda a nossa humanidade precisa fazer este enfrentamento para termos um mundo com mais justiça, um mundo com mais igualdade, com respeito, e todos tendo o direito à vida. Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada, Sr.^s Deputados e Deputadas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Esta Presidência também registra a presença do Prefeito de Santa Izabel do Oeste, meu querido amigo e Prefeito que cuido, Jean Catto, e da sua esposa, a Primeira-Dama Débora Catto. Sejam bem-vindos à nossa Sessão. Próximo orador, Deputado Fabio Oliveira.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Senhor Presidente, boa tarde. Boa tarde, Deputado Do Carmo e Deputado Denian que estão na Mesa. Boa tarde a todos os Deputados e colegas. Boa tarde a todos os servidores desta Casa e aos profissionais da imprensa. Senhor Presidente, infelizmente, no dia em que comemoramos o *Dia do Funcionário de Escola*, gostaria de vir a esta tribuna para destacar uma ação que foi tomada recentemente e que impacta diretamente não só o dia a dia das escolas municipais, estaduais e federais do nosso Brasil, e aqui do Paraná, mas também a saúde. Que educação e saúde são básicas para o nosso País e não só para o nosso País, mas para qualquer cidade, estado ou país do mundo, isso é óbvio, é claro, mas o Presidente Lula tomou uma decisão, onde fez com que o dinheiro que deveria ir para a educação está indo para outro lugar

que não é direito – o dinheiro que sai da educação vai direto para um bolso indevido, que é o bolso do centrão. Na contramão do que o povo exige, na contramão do que o povo quer e anseia, o Governo Lula anunciou a retirada de R\$ 1,5 bilhão da educação e da saúde. E para quê? Para cobrir gastos exagerados e irresponsáveis, liberando dinheiro para, como ele mesmo disse, gostaria de abrir aspas aqui, “construir maioria para o final de 2026 e para que possamos votar coisas importantes”. Vocês entendem muito bem o que isso significa, não é, queridos colegas? É menos dinheiro para a educação básica e para a saúde para quê? Para pagar a fatura, para pagar boleto emitido pelo centrão. Dando mais dinheiro para conquistar parlamentares, em favor de votos do Governo. Sai das escolas, sai das merendas, sai das carteiras e vai para fazer politicagem. Este desgoverno federal mostra todos os dias exemplos e mais exemplos de quanto ele se esforça para inverter valores. Educação, saúde e segurança pública, sim, são e devem ser prioridades! E o engraçado, Sr. Presidente, é que quando o Lula tira dinheiro da educação nenhum grupo se manifesta! Pergunto: Cadê a UNE? Cadê a carta da UNE reclamando que vai faltar 1,5 bilhão para a educação? Cadê as associações, cadê os sindicatos de professores batendo os seus tambores e dizendo que isto é errado? O amor venceu mesmo ou é só o silêncio da culpa? Quando isso aconteceu no Governo Bolsonaro - e também não concordei - sindicatos, associações e a UNE criaram histeria, berraram, bateram tambores. E onde está essa histeria hoje? Onde estão esses tambores que estão sendo batidos? Não os vejo e não os ouço. O Governo Lula recua também sobre a vacina da dengue, uma doença que mata muitos todos os anos. Mas, nestas horas, cadê a militância reclamando? As pessoas querem se sentir protegidas, Sr. Presidente, querem se sentir protegidas e seguras, mas quando um policial morre para proteger essa sociedade que exige segurança, um policial que deixou esposa e um filho de três anos, o *Ministro da Injustiça* diz que a reação da PM, da corporação foi desproporcional! O que me parece desproporcional e totalmente fora de lógica são as prioridades do Presidente Lula, que prefere enriquecer o centrão a investir no futuro e na saúde das nossas crianças! A politicagem entra na frente de tudo e a militância de esquerda está

quieta. Esta péssima gestão, que estão tirando dinheiro da educação e da saúde, existe uma única justificativa – R\$ 42 bilhões de furo só no primeiro semestre – são gastos irresponsáveis, por interesses próprios... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO FABIO OLIVEIRA (PODE): Para encerrar, Sr. Presidente. São gastos irresponsáveis, são gastos por interesses próprios e quem paga esta conta sou eu, são vocês, Deputados, são os paranaenses e todos os brasileiros. E mais um fato grave: quem ousa se manifestar contra este Governo é calado, é censurado e perseguido. Enquanto eu estiver aqui nesta Casa, nesta Casa de Leis, enquanto eu estiver aqui nesta tribuna, não vou ficar calado vendo o Brasil virar de ponta cabeça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Reichembach – PSD): Com a palavra o Deputado Evandro Araújo. Na ausência do Deputado Evandro Araújo, com a palavra o Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados e Deputadas, os que nos acompanham aqui e pela *TV Assembleia* e demais mídias. Ouvi atentamente aqui a fala do Deputado Delegado Tito, a fala do Deputado Fabio. Realmente, é assustador o que estamos vendo acontecer no nosso país. Creio que a maioria da população está apavorada, assustada, indignada com esse desgoverno, que todas as medidas sem exceção prejudicam a sociedade brasileira. É impressionante essa união do Governo Lula, dessa quadrilha unida com o STF, que só prejudica o futuro do nosso país. Tivemos, agora, o STF querendo legislar a respeito da liberação da maconha. Gente, é realmente um absurdo, isso cabe ao Legislativo e já tem lei que proíbe isso e na qual eles não podem interferir. Até que enfim o Senado se manifestou e o Rodrigo Pacheco finalmente falou: *Opa, estou vivo aqui*. E teve a coragem de dizer que isso não é aceitável, até porque o inciso XI, do art. 49 da nossa Constituição Federal diz o seguinte: *Prevê expressamente a competência exclusiva do Congresso Nacional, para zelar pela preservação de sua competência legislativa,*

em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Então, a última palavra é nossa, dos parlamentares, do Congresso Nacional. É bom que o Senado aja e coloque o STF no devido lugar, porque ele já invadiu outros Poderes, não é de hoje, invadiu desde o Governo Bolsonaro. Gente, liberar 60 gramas de maconha? A pessoa não vai ser presa porque vai ser usuária? Sabe quanto pesa um maço de cigarros? Dezesesseis gramas. Então, a liberação equivale a quatro maços de cigarro. Gente, que absurdo! Isso vai ajudar quem? Ao vendedor de drogas, é óbvio, porque aquele aviãozinho que vende a maconha vai pegar 160 gramas, vai dividir em saquinhos, vende e vai lá e compra de novo. Ou será que o usuário vai fumar 60 gramas de maconha, que equivale a quatro maços de cigarros? Deputada Cloara, é uma vergonha. Essa turma quer destruir a juventude do nosso país. Inaceitável! Tudo com o aval do ex-presidiário, tudo conivente. Tudo! Se não bastasse essa barbaridade de um Supremo querer liberar a maconha, vemos que não há preocupação nenhuma com o futuro da sociedade brasileira. Onde se liberou, o país que liberou, foi uma desgraça, é só pegar a informação. É só pegar a informação. Agora, vejo lá uma Portaria do Governo Lula dizendo o seguinte: *Governo quer reconhecer os terreiros como locais de cura complementares do SUS.* Deputado Requião, esse partido que o senhor está é uma vergonha. Agora, então, querem usar o terreiro de macumba, o candomblé, para ser um equipamento de cura do SUS. Olha, a que ponto chegamos! Olha a gravidade que estamos tendo nesse desgoverno. O Estado é laico ou não? Ou agora não é mais laico? Não tem direito a igreja católica, a igreja evangélica, o espiritismo, só tem direito o candomblé? É isso que está na Resolução n.º 715 do Ministério da Saúde, aprovada em julho, agora. Gente, nós dormimos e eles não dormem, eles ficam fazendo a maldade. Eu disse aqui a respeito de que tudo aumentou no Governo Lula. O Deputado Arilson, como Presidente do partido, tem que defender o indefensável... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Reichembach – PSD): Um minuto para concluir, Deputado. Pode seguir no horário das Lideranças.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Obrigado. Tem uma informação aqui do IBGE: *Inflação. Comida fica mais cara no Governo Lula.* Os dados são do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A inflação para alimentos e bebidas, em 2023, mostrando o aumento do preço da comida durante o Governo Lula. “Lula Lá”! Faz o “L”, turma. Tudo está mais caro e mostro a fonte, aqui, gente. Saiu aqui na revista Oeste, porque o PT nunca tem fonte para mostrar, eles inventam número. Chamam-nos de mentirosos, mas não fala qual é a mentira. Falo a verdade aqui e mostro quem está mentindo. Está no IBGE. Por isso que agora o Lula quer nomear o novo presidente do IBGE, para manipular as informações. É óbvio! Ou alguém tem alguma dúvida? O preço da dúzia do ovo sobe 36,8%. Em um ano, em Curitiba, ele chega à casa dos R\$ 11,00. Está aqui: Paraná RPC. Gente, o preço do ovo aumentando 36%, vou lhe dar uma ideia de valor. O aumento que o Lula deu no salário-mínimo, míseros R\$ 18,00, 20 a 30% vai para comprar uma caixa de ovo, gente. Ah, meu Deus do Céu, esse é o governo que atende aos mais pobres. Que vergonha!

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Deputado Arruda, o senhor me daria um aparte?

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Quem é? Pode falar, Delegado.

Deputado Delegado Tito Barichello (UNIÃO): Parabéns pela coragem, sem dúvida o senhor me representa. Em relação à sua fala no tocante à liberação da maconha, data máxima vênica, quem é o Supremo Tribunal Federal? Se verificar na Constituição Federal temos a expressa previsão - art. 28, inciso I, se não me engano - que compete à União legislar sobre Direito Penal e Processo Penal. Ora, essas interpretações do Supremo Tribunal Federal - e me dirijo agora aos seus Ministros do STF - vão de choque, de encontro e não ao encontro da Constituição Federal, porque dizer que a Constituição Federal permite a liberação da droga é uma interpretação estapafúrdia, é uma interpretação teratológica. Venham aqui discutir comigo interpretação constitucional. Não é interpretação quanto ao sujeito, nem quanto ao modo e nem contra o resultado. A quem compete legislar é a União, ou seja, o Congresso Nacional, os seus 513 deputados federais e 81 senadores, que representam a população, eleitos democraticamente. Os Sr.^s Ministros não foram eleitos e não podem pegar a Constituição, que é uma carta

aberta, e fazer uma interpretação *lato senso* e liberar a maconha no Brasil. Não tem legitimidade, Sr.^s Ministros, se atenham a sua atividade jurisdicional mantendo-se equidistante das partes e mantendo o posicionamento de um Juiz de Direito, que nada mais são do que juízes. Obrigado, meu Deputado.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Eu que agradeço, é exatamente isso. Acho que chegou o momento de se colocar o STF no seu devido lugar, que não é no Poder Legislativo. Aqui não. Estou elaborando um Projeto de Lei, Deputado Tito, que aqui no Paraná vamos continuar proibindo o uso de maconha, queira ou não o STF. É o Poder Legislativo que faz leis, não é o STF. E o Senado tem o mesmo entendimento e a Constituição Federal tem o mesmo entendimento. Outro ponto aqui é que outro dia o Deputado Arilson falou que estou falando mentira. Eu falei ao senhor, Deputado Arilson, que o preço do combustível aumentou no Governo Lula. O senhor falou que não, que eu estava vivendo em outro mundo. Não, o senhor deve estar em outro mundo. Aqui eu tenho: *Gasolina teve alta de 11,8% desde que Lula assumiu o Governo*. Mesmo a Petrobras subsidiando 20% do valor do combustível e do diesel, o que está abrindo um rombo na Petrobras, já despencou o lucro, porque é óbvio: tirou a paridade em dólar, e o nosso combustível é todo refinado fora do Brasil. O Governo PT nunca fez nenhuma empresa para fazer refinaria, investiu fora, e hoje pagamos em dólar. Então, está aqui para quem quiser ver. E a fonte que eu tenho aqui é do site da Agência Nacional do Petróleo. Eu creio que seja fidedigna, e que o senhor entenda, Deputado Arilson, que o combustível aumentou, o alimento aumentou, tudo aumentou. E provo ao senhor, se precisar eu vou com o senhor até um posto de gasolina e até um mercado para lhe provar em cores e ao vivo, para acabar com essa palhaçada de ficar inventando números. Bolsa Família que o senhor falou que ele aumentou, ele abaixou mais de 1 milhão de pessoas que recebiam o Bolsa Família, não estão recebendo mais, porque o Governo gasta demais em viagem, para Ministro, aumentou os Ministérios uma barbaridade, comprando aí o voto de Deputados e não tem dinheiro para atender a população mais carente, aquela que supostamente tenha votado no Lula, acreditando que ele é o pai dos pobres, sendo que ele é o pai da *fake news* e o pai da ladroagem. *Lula entrega*

obras do Minha Casa, Minha Vida, tocadas no Governo Bolsonaro. O Governo Bolsonaro foi o Governo que mais entregou casas populares no Projeto Casa Verde e Amarela. O Lula não entregava, deixou de entregar, a Dilma não concluiu, o Presidente Bolsonaro concluiu e agora estão entregando. Então, mais uma mentira. Saiu no R7. Está aqui. Não é mentira, é verdade. Vocês trabalham com narrativas falaciosas. Agora, o Lula está com problema no quadril, e tem aqui, saiu na *Folha de São Paulo* que tem uma fila de 8 mil pessoas para tratamento do quadril, fazer prótese, e não tem espaço. Lula, vá para o SUS, procure um médico cubano ou entre na fila, já que o senhor é o pai dos pobres. Ou será que o pobre não sente dor, só o senhor? As narrativas vão caindo com a verdade, sempre. O Governo Lula, como disse o Deputado Fabio, bloqueou 332 milhões da educação e 400 milhões da saúde. Esse é o Governo que pensa em educação e saúde, narrativa mentirosa. Nunca pensou, ele destruiu a educação no Governo dele, a geração Paulo Freire é um horror, pessoas desorientadas, enfim, e vai fazer de novo, ele voltou para fazer tudo de novo, porque ele odeia o povo brasileiro. E tirando da saúde, que ele tanto falava em saúde, está tirando 400 milhões, mas não deixa de tirar para dar o dinheirinho às emendas parlamentares para ter voto. Ele não deixa de gastar nas viagens dele com hotéis de luxo, levando uma trempa aí de assessores, pagando com o nosso dinheiro, com o seu dinheiro, você que é um trabalhador. A última eu já falei. Enfim, então, o que a gente tem aqui? A gente tem um retrato desse Governo que muito preocupa o futuro do nosso Brasil. Eu creio que qualquer Parlamentar, qualquer Parlamentar, tem e deve estar preocupado com o futuro do Brasil nas mãos desse desgoverno, porque o Paraná não é uma ilha. O que acontece lá afeta aqui. Mesmo tendo um bom Governador aqui e gente séria trabalhando, mas o dinheiro vai para a União, eles gastam o dinheiro, não tem dinheiro para ninguém. Aonde vamos parar, gente? Aonde? Um Governo que só defende o lado errado. Ele defende a liberação do aborto, das drogas, a liberação, quer dizer, proíbe o cidadão de bem de ter armas, defende o criminoso. Veja nessa operação de São Paulo, que estão combatendo o crime organizado, e a Polícia fazendo um excelente trabalho, trocando tiros com criminosos do PCC, eles estão preocupados, o Flávio Dino está preocupado que

está morrendo muito bandido. Flávio Dino, ótimo, que não morra policiais, que são pagos e arriscam a vida defendendo um cidadão de bem. Não é possível que vocês sempre estão na contramão, defendendo o que é errado. Parem de defender bandidos, defendam e valorizem os bons policiais, que arriscam a vida diariamente. Ora, se está morrendo bandido é porque está trocando tiro com a polícia. E essa *Globo lixo* manda um repórter ficar infiltrado lá onde o crime organizado está, no Guarujá, para tentar pegar alguma falha da Polícia. Que vergonha, *Globo lixo*! Quando vocês são roubados, vocês chamam a Polícia, ou vocês vão chamar o narcotraficante para defender? Tenham vergonha na cara! (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Tenham vergonha na cara, tanto vocês dessa *Globo lixo* como vocês da esquerda, defendam o que é correto para o bem, para o futuro do nosso Brasil. Defender bandido é coisa de bandido. Então, Flávio Dino, escolha o seu lado: ou o senhor está do lado do bem, da justiça, ou do lado da injustiça e da criminalidade. Pelas suas opiniões tendenciosas achamos que o senhor está do lado errado, junto com Lula e com toda a quadrilha que está no poder em nosso Brasil. Vocês vão cair, sim, porque estamos vendo o Bolsonaro na rua sendo aplaudido, e o Lula fechou uma praia, expulsou o povo de lá porque ele não quer o povo do lado dele. Lá em Santarém, no Pará, ele não quer o povo, ele tirou o povo, e a praia é pública. Lula, você não tem vergonha.... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Próximo orador, Deputado Reichembach.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Senhor Presidente, Deputada Cloara que também está na Mesa, Deputado Adão Litro, Deputados e Deputadas, e todas as pessoas que nos acompanham pela *TV Assembleia*. No início desta minha fala, quero falar sobre um evento importantíssimo no Paraná esta semana, que é a Agroleite, Corti, em Castro - o município que mais produz leite no Brasil. A cidade

do nosso querido amigo colega Deputado Fadel, que foi Prefeito ali por várias vezes, e deu uma grande contribuição através da administração municipal para que aquele município ganhasse mais força ainda nesta atividade. Amanhã estará o Ministro ali em Castro, a Assembleia estará levando lá - Presidente, tem sido interessante essa interiorização da Assembleia - a Assembleia está indo para lá para participar diretamente das discussões, estar perto da população. Amanhã, na presença do Ministro, Deputado Arilson, os produtores de leite, algumas entidades estarão entregando documentos ao Ministro, porque o produtor está vivendo uma dificuldade. Houve uma queda acentuada, Deputada Luciana, no preço do leite ao produtor, e se atribui em grande parte a uma entrada muito grande de leite em pó no Brasil. Em grande parte talvez isso é coisa de mercado, mas está se buscando aí algum tipo de intervenção do Governo para ver se controla, diminui, equilibra um pouco mais essa grande entrada do leite em pó, que ele, através de uma norma existente no Brasil hoje, pode ser reidratado, e com essa reidratação cada litro de leite custa, a quem faz esse processo, 1,50. E isso está acima do custo do produtor. Então, por isso está gerando dificuldade, teve uma queda aí nos últimos dois meses de aproximadamente 80 centavos por litro, e há uma reclamação grande. Por outro lado, os pequenos produtores que têm se ausentado muito da atividade, os pequenos produtores de leite, por várias razões - uma delas é o próprio mercado, a escala. A produção pequena não consegue gerar escala, mas também a mão de obra - mão de obra familiar que se torna escassa quando os filhos saem de casa - e é uma grande parte que assim acontece. Então, outra saída que tenho visto, especialmente no Sudoeste do Paraná, mesmo no Oeste: ou parte para uma produção de escala ou vai para agroindústria familiar, com a produção especialmente de queijo, queijo artesanal, que vive um momento positivo no Paraná, especialmente com a aprovação aqui no Estado, em um interesse muito direto do Governador Ratinho Júnior, mas especialmente do Norberto Ortigara, com a sua equipe, na Secretaria de Agricultura, que criaram o Susaf. Inclusive o Susaf foi assinado lá em nossa cidade de Francisco Beltrão, na Expobel de 2020, e trouxe um impacto positivo muito grande, abriu as fronteiras da comercialização, porque antes o gargalo era a comercialização. Hoje, com o

Susaf, que permite a comercialização desses produtos em todos os municípios do Paraná, coisa que antes produzia em Salgado Filho e só podia vender em Salgado Filho, não poderia vir vender em Francisco Beltrão, em qualquer município, só ficava restrito à fronteira. Hoje ampliou muito esse mercado e, além das encomendas de diversas formas, também, a Secretaria da Agricultura criou uma rota turística do queijo para levar o visitante até as queijarias. Enfim, tem fomentando muito a qualidade e a comercialização dos produtos. E o Susaf, sem dúvida, foi fundamental. E o gargalo deixa de ser a comercialização e, muitas vezes, é quantidade, é produção, para atender já os pedidos diante dessa melhoria considerável e muito visível da qualidade do produto. Quero registrar aqui, Presidente, que recentemente fui visitar uma queijaria no interior de Francisco Beltrão, na comunidade de Água Vermelha, a Deputada Luciana também conhece lá a Família Capra, que tem a Vidalat. E ali adquirei um produto - gosto de visitar queijarias - e no final a Dona Roseli, que é a proprietária, me falou: *Tenho um selo aqui que consegui. Vou colocar no seu produto o selo.* Fui olhar. Era um selo de carbono neutro. Ela, através da Cresol, que tinha financiamento na propriedade, intermediou com uma empresa que faz esse trabalho profissionalmente, um trabalho técnico para medir as emissões de gás carbônico, enfim, a neutralidade. E ela conseguiu um saldo positivo após algumas iniciativas ambientais muito importantes. E, para minha surpresa, fizemos uma matéria junto com a nossa assessoria, colocamos na imprensa, Corti, e isso repercutiu muito no Paraná, porque é lá de Francisco Beltrão a primeira agroindústria familiar de queijo que conseguiu o carbono neutro, que é algo assim que se vislumbra como a grande tendência internacional. Então, é um mercado bem importante, que em primeiro lugar agrega valor aos produtos em qualquer segmento. Quem consegue dizer que tem carbono neutro, neutralizou as emissões de gases do efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono, o gás metano, mas temos outros também que geram os gases de efeito estufa, que têm levado a este aquecimento global que tem se verificado em alguns pontos do nosso planeta, de forma assustadora quase. Então, o mundo precisa dar passos consideráveis. E para chegar a alguns objetivos temos os tratados internacionais que acontecem, têm as leis de um país,

tem a fiscalização, tem a conscientização da população. E estamos percebendo, através das escolas, através das famílias, que as crianças estão vindo com um pensamento ambiental muito renovado, muito mais forte do que a nossa geração. A juventude também tem isso já muito forte. Então, a conscientização é importante, ao lado das leis, da fiscalização. Mas, vejo que o que mais vai consertar essas preocupações do aquecimento global, sem dúvida, é o interesse comercial, e o comércio vem através da venda dos créditos de carbono. E no Paraná temos uma empresa que compra muito crédito de carbono, que é a Boticário, que se preocupa com esse fator. Temos a Natura que também é do mesmo segmento, que é a maior compradora de créditos de carbono do Brasil. Então, é um mercado que se vislumbra. Existe um mercado também oficial e o mercado paralelo, que as pessoas que têm interesse em contribuir com as questões ambientais também estão comprando esses créditos de carbono. Então, precisamos estimular para que isso aconteça cada vez mais. Isso começou...

Deputado Luís Corti (PSB): Deputado Reichembach, me permite um aparte?

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Deputado Corti, permito um aparte.

Deputado Luís Corti (PSB): Quero lhe cumprimentar pela brilhante exposição, ao tempo que quero afirmar aqui e prestar um voto de solidariedade ao produtor de leite do Brasil. A produção de leite do Brasil que foi duramente afetada com uma determinação, no final do governo passado, em agosto de 2022, que diminuiu a taxa de importação de 11,20 para 4%. O que significou isso? Significou a entrada de leite mais barata no Brasil. O leite produzido na Argentina e no Uruguai é um leite diferente do leite do Brasil, é um leite produzido a pasto, os animais estão a pasto aberto, com custo muito menor, incomparável com o nosso. E a cadeia do leite gera muito recurso para o Brasil. O Brasil é um dos maiores produtores de leite do mundo, e ainda com essa baixa garantiu uma entrada de leite, acho que está na casa dos 3 bilhões de litros que entraram para o comércio do Brasil e baixaram o leite em até 80 centavos. Então, faz bem o Deputado prestar essa solidariedade. E eu quero aqui me somar também, porque o leite que gerou grande progresso em especial das pequenas propriedades - digo isso de cadeira

lá do nosso Sudoeste do Estado do Paraná. Então, V. Ex.^a merece os cumprimentos por levantar um tema tão importante aqui nesta Casa de Leis.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Muito obrigado, Deputado Corti, muita correta a sua argumentação. E vou me encaminhar aqui para conclusão, teria mais informações importantes, mas dizer ainda de que o mercado de carbono no Brasil está regido hoje por um decreto de maio de 2022, mas o País está preocupado em fazer rapidamente... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Reichembach, um minuto para concluir.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Sim, Sr. Presidente. Então, o Brasil está se organizando para fazer o marco dos créditos de carbono. Existem já leis tramitando na Câmara, no Senado, mas o Governo está conciliando as propostas para tentar aprovar uma lei que regule de uma forma definitiva esse mercado até a nova Conferência do Clima, que vai acontecer nos Emirados Árabes, em novembro deste ano. Concluindo, Sr. Presidente, quero deixar aqui uma sugestão, que estarei oficiando o Governo do Estado do Paraná, para que as Secretarias afins - agricultura, meio ambiente, planejamento - possam criar um programa de orientação à população, principalmente no meio rural, de como participar desse mercado promissor de créditos de carbono. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança da Bancada Feminina, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Boa tarde, Presidente. Boa tarde, Deputadas, Deputados. Hoje, como já foi citado aqui, é o aniversário de 17 anos da Lei Maria da Penha, também estamos na *Semana Estadual de Combate a Violência Doméstica e Sexual contra a Mulher no Estado do Paraná*, Deputada Cloara, que são marcos importantes na defesa e contra a violência das nossas mulheres. E nós, assim como já fez a Deputada Luciana, trouxemos dados para que fique muito claro o nível de violência que, apesar de termos uma legislação tão importante, tão boa quanto a Lei Maria da Penha, mesmo tendo 17 anos de lei, ainda temos uma batalha muito grande a enfrentar no combate à violência contra

a mulher. Um dado do relatório do Monitor de Feminicídios do Brasil, elaborado pelo Laboratório de Estudos de Feminicídio da UEL, constatou que o Paraná é o terceiro em casos de feminicídios no Brasil no primeiro semestre deste ano. O terceiro caso, Deputado Antenor, em feminicídios do Brasil! Um dado alarmante. Até 30 de junho de 2023 ocorreram 862 feminicídios no Brasil, 599 consumados e 263 tentados. Foi uma média de três feminicídios por dia, no Brasil. Em 72% do total de crimes contra a mulher consumados e tentados, o vínculo entre a vítima e o agressor era de casal ou de ex-casal; e a arma branca, a faca, o punhal foi o instrumento mais utilizado para a prática do feminicídio – 40,2% dos casos – para você ver a brutalidade desse agressor, desse assassino, a raiva que ele tem contra a mulher, porque ele de fato usa a faca para matá-la. Também um levantamento do Ministério Público do Paraná, até o dia 10 de junho deste ano, contabilizou, no estado, 78 mulheres vítimas de feminicídio consumados. De um total de 128, também, entre tentados e consumados. E uma pesquisa realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública demonstrou que mais de 18 milhões de mulheres foram vítimas da violência em 2022. São mais de 50 mil casos, por dia! E esse estudo revelou que a cada três mulheres brasileiras, com mais de 16 anos, já sofreram violência física ou sexual de parceiros ou ex-parceiros. Então, de fato, a violência é grande demais. Temos um longo caminho e nesta Assembleia Legislativa, a Bancada Feminina, os Deputados todos, têm tentado trabalhar contra toda essa violência. Sempre costumo dizer que estamos aqui, inclusive, para tentar complementar, por exemplo, a Lei Maria da Penha, com os Projetos de Lei, Deputada Luciana, inclusive o seu hoje, aqui, muito importante sobre a questão das salas especiais para as mulheres nas delegacias do estado, as mulheres vítimas de violência. Então, temos tentado complementar essa legislação que já é importante e que já é boa, mas precisamos continuar fazendo isso. E aí uma forma que a Liderança da Bancada Feminina encontrou para ajudar as mulheres do nosso estado, Deputada Mara, que às vezes lhes falta informação, Deputada Cristina, sobre as leis que já foram aprovadas nesta Casa. Sei que a Deputada Cristina, ainda na Procuradoria da Mulher, tinha feito um levantamento de toda a legislação paranaense em prol das mulheres. E hoje estamos

protocolando, aqui, justamente o Código de Defesa dos Direitos da Mulher Paranaense. Aqui estão todas as leis, uma compilação de toda legislação em prol das mulheres do nosso estado, inclusive trazemos aqui, fizemos um trabalho de separar por capítulos sobre combate à violência contra a mulher. Está toda a legislação lá, por exemplo, o botão do pânico, o Salve Maria. Eles estão expressos lá. Saúde da mulher paranaense: a legislação de combate à violência obstétrica, a lei do parto adequado, por exemplo; as medidas de incentivo e proteção da mulher na economia, nas relações consumeristas e no mercado de trabalho; os programas e campanhas estaduais em defesa da mulher; e também o Calendário Oficial do Estado referente à mulher paranaense. Buscamos essa legislação, total de 62 leis, 62 leis que temos em prol da mulher aqui no Estado do Paraná. Acho um número bem pouco ainda, temos que avançar muito mais em relação a isso. Buscamos essa legislação nos dados da Casa Civil, aqui da Assembleia Legislativa. Não invadimos em nenhum momento o conteúdo e o alcance dessas redações para respeitar os parlamentares que propuseram essas leis tão importantes em prol das mulheres. Outro dado importante que trago em relação a essas leis é que a primeira que achamos é de 1990, aí tem duas de 1992, e aí há um lapso temporal até 2010. Claro, talvez alguma coisa tenha se perdido na pesquisa, mas isso demonstra que só foi a partir de 2010, e sei que nessa legislatura de 2010 tínhamos três deputadas. Então, vocês vejam a importância de termos a mulher na política. Foi a partir daí que as leis em prol das mulheres de fato começaram a acontecer. E de 2000, por exemplo, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, enfim, aí conseguimos ampliar esse rol de direitos aqui nesta Casa. São Paulo e Amapá já têm essa codificação. Então seremos, possivelmente, o terceiro estado do país a implementar. Há um rito para essa implementação. Sabemos que não é um rito fácil, mas esperamos contar com o apoio de todos. E quero através da Liderança da Bancada Feminina - já abrimos para as deputadas da Bancada assinarem – mas quero convidar os 54 deputados, porque essa é uma codificação que sairá da Assembleia Legislativa do Paraná, e aqui nessa compilação estão leis de deputadas, mas também de deputados. Então, é uma união em prol das mulheres no nosso Estado. Então, queria dizer aos deputados que estará

disponível lá no SEI para que todos possam assinar e espero, de verdade, poder contar aí com as 54 assinaturas, para tornarmos esse código oficial aqui no estado. Isso vai facilitar a informação das leis, facilita inclusive para nós que às vezes precisamos ampliar alguma lei, fazer alguma modificação, alguma alteração mais benéfica. Então, acho que vai ser produzido algo em favor de todas as mulheres paranaenses. E, acima de tudo, para que todos realmente tenham conhecimento e aí, sim, respeitem os direitos das mulheres paranaenses.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Um momento, Deputada!

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Claro, Deputada Cristina.

Deputada Cristina Silvestri (PSDB): Quero parabenizá-la por essa iniciativa, essa codificação é importante e, também, um apelo para a divulgação dessas leis - e para isso precisamos do apoio do governo para essa divulgação. Leis temos, o que precisamos é que essas leis sejam efetivadas e haja divulgação para que todas as mulheres saibam dos nossos direitos. E também para complementar a tua fala, gostaria de dizer que fiquei realmente chocada com o último levantamento da violência, onde no ano de 2022 tivemos 76 mil estupros de crianças e jovens. Esse número é um absurdo e temos que trabalhar muito por esses direitos. Era isso. Parabéns!

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Obrigada, Deputada Cristina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas, ao público que acompanha esta Sessão. Novamente sou obrigado a falar do tema chamado *fake news*. A *fake news* de imediato traz uma ideia de mentira, mas às vezes a *fake news* pode ter uma verdade contada de uma forma distorcida e ainda apresentada de uma forma sensacionalista. E é isso que está ocorrendo aqui hoje, vários Deputados se pronunciaram sobre um fato que, no dia 28 de julho, o Presidente Lula fez um corte de 1,5 bi no orçamento do nosso País, corte que foi feito pelo Fernando Henrique, que foi feito pelo Lula, que foi feito pela Dilma, que foi feito pelo Temer e que foi feito pelo inominável de forma muito maior

até, o Governo passado. O que realmente está acontecendo, pessoal? O teto de gastos ainda está valendo para este ano. O arcabouço fiscal aprovado para acabar com essa modalidade foi aprovado, mas só vale a partir do ano que vem. Com isso, a regra atual faz com que o aumento de gastos de um Governo só possa ser feito pelo aumento da inflação - de acordo com ele. O que houve com a inflação? Então, existe um mecanismo regido pela LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, que indica bimestralmente que pode estar havendo um descompasso entre o orçamento e a execução orçamentária, e indicou para o Presidente que ele não pode continuar o ritmo de gastos, que pode infringir em crime de responsabilidade, e se isso acontecer é motivo de impeachment. E o Lula seguiu a LRF. E agora aparece um bando de maritaca doida gritando sem saber diretamente o que está falando aqui dentro: *Olha, o Lula cortou dinheiro da educação, cortou dinheiro da saúde*. Vamos lá: aulinha básica de matemática. O que representa 1,5 bilhões? É muito dinheiro, Deputado Guerra? Para nós, com certeza, mas o corte de 322 milhões na educação colocado, desse contingenciamento temporário de verbas, representa 0,23%. Sabe o corte na saúde de 452 milhões? Representa 0,28%. Claro que o ideal para o Brasil era não ocorrer isso, mas a Lei de Responsabilidade coloca que temos que cumprir o teto de gastos. Aliás, o PT foi contra o teto de gastos. Quem aprovou essa lei foi quem estava lá na base do Governo passado, que agora resolveu criticar, mas eu vou dar um dado importante. O inominável, depois da eleição, que perdeu para o povo brasileiro, cortou 2,4 bilhões e ninguém falou nada aqui! Ninguém abriu a boca para falar! Mas, agora, em falta do que fazer, está criticando um Governo que, de forma momentânea, e por instrução legal, contingenciou 1,5 bi – e isso pode que ainda no exercício final, próximo a dezembro, esse dinheiro nem seja contingenciado. O fato é que tem que se cumprir a lei, ninguém está acima da lei, e aquele que descumpriu a lei está hoje inelegível. Achava que era imbrochável, era inominável, e agora é inelegível. É isso que dá se achar que está acima da lei. É simples assim o processo. E hoje as viúvas desse falecido político estão em polvorosa agredindo o Lula. É incrível esse processo. Temos que falar a verdade, não pode distorcer um fato. Houve o corte? Houve. Primeira coisa: é temporário. Segundo,

ele representa 0,23% da saúde. É isso. Em uma Prefeitura pequena, como é a minha cidade de origem, por exemplo, eu fiz a conta: é como se deixasse de comprar um golzinho para o departamento de saúde em um ano inteiro – e não é o caso aqui porque o dinheiro nem está de toda forma cortado. Mas, sabe o que é importante quando se cumpre a lei? Todos os recursos de custeio foram garantidos, o salário está em dia, a água está em dia, a luz está em dia, a manutenção está em dia. E o que aconteceu com o imbrochável, opa, inominável, opa, inelegível? Tudo isso paralisou, mas a memória parece ser de peixe, que some de acordo com a circunstância ou de forma de minuto a minuto vai se esvaindo. O fato é que não há comparação entre este Governo e o passado. O preço do ovo que usaram aqui como exemplo hoje é fácil de calcular. Quanto ele estava em julho do ano passado e quanto está hoje? Quase o dobro. Ah, o preço da carne quanto era e quanto está. O litro da gasolina que hoje aqui: *subiu a gasolina*. Eu fiz uma pesquisa: não tem nenhuma proximidade com os R\$ 8,00 quando o incompetente estava no Governo Federal. É tanto sinônimo que dá para usar: aquele cidadão que o mal fez para o Brasil tão grande que, às vezes, nos perdemos nas colocações, mas o Lula está certo. Cumpra a Lei, Presidente. O povo te elegeu para o senhor dar exemplo, não faça igual a uns e outros que, além de não cumprirem a lei, desrespeitam o povo. Trouxe morte, trouxe miséria, trouxe ódio, Deputado Guerra, trouxe uma coisa muito ruim, um tempo sombrio para o nosso País, um tempo que era comum, inclusive, tacar fogo em floresta. Era comum rasgar livro, era comum jogar mercúrio na água para extrair minério e matar os peixes. Era comum tudo isso, inclusive era comum falar que ter uma filha mulher era sinônimo de uma fraquejada e que, às vezes, a ditadura foi errada porque não matou. Graças a Deus, graças ao povo brasileiro, 60 milhões de pessoas deram uma bicuda em uma parte traseira desse cidadão que não está mais na Presidência da República, mas as viúvas estão por aí inconformadas, desesperadas, aos prantos, sem saber a quem recorrer. Não ouvem mais o berrante tocar, ou seja, não sabem para onde ir, perderam o sentido. E tudo isso hoje, Renato, é tema de debate, e às vezes construído em cima, desculpe o termo, Presidente, mas da maldita *fake news*. Uma hora mentira deslavada, outra

hora cata um recorte da verdade e distorce para dar uma narrativa, porque afinal o que importa é a notícia e a sua deformação para o uso da sua rede social, para sua curtida, para o seu like, para o seu compartilhamento e para promover o caos, porque na administração, nas correntes de pensamento que impuseram os estudos sobre a administração pública no Brasil e no mundo tratam de uma teoria chamada de teoria do caos. Nele tudo se vale, tudo se consegue. Quanto mais caos, mais fácil de eu propagar a minha mentira e a situação ditatorial que eu queira colocar. Não esquecemos: aqueles que estão aqui inconformados pela derrota do bolsonarismo, aqueles que estão se sentindo abandonados hoje e não ouvem mais, não escutam mais o berrante, são capazes de tudo para tentar voltar ao poder. Semana passada, noticiaram-se fatos de reuniões, de tentativas, em alguma parte do País, para organizar um novo protesto atrás de um golpe. Difícil, mas o tempo cura todo tipo de ferida, todo tipo de cotovelo inflamado, todo tipo de cabeça pesada, de sentimento ruim desse vai passar, ainda mais com um governo que presa pela ciência, pela educação, pela vida, pelo combate à fome. Logo, até a vida desses coitados serão melhoradas por influência do Governo e o coração vai se abrir, vão se permitir o amar, coisa que nunca foi discutida nos últimos quatro anos. Vão entender o que é ser fraterno, o que é ser cidadão. E eu, como aqui Presidente do Partido do Presidente da República, quero aqui dizer a vocês: são bem-vindos, braços abertos, perdoamos vocês.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Último orador, Deputado Gugu Bueno.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Senhor Presidente, minha saudação a V.Ex.^a, aos componentes da Mesa Executiva, aos nossos Deputados e Deputadas, a todos que acompanham esta nossa Sessão da Assembleia Legislativa do Paraná. Vou usar o horário da Liderança do Governo, Sr. Presidente, para falar do nosso Paraná, que é na verdade o que neste momento nos interessa, e as notícias são boas e não param, mas antes ainda quero em atendimento à fala do Professor Lemos e, também, do Deputado Evandro, comunicá-los que ainda nesta manhã de segunda-feira na reunião da Liderança do Governo com a chefia da Casa Civil e a nossa equipe técnica, foi debatida a questão da reestruturação da carreira do

QFEB aqui no Estado do Paraná. De fato, está tramitando dentro do Governo, nas suas diversas instâncias, essa questão. E foi pedido, inclusive em nome do nosso Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, foi pedido que pudéssemos acelerar este processo e que pudéssemos avançar ainda dentro deste mês de agosto nesta questão, que é uma questão importante mas, acima de tudo, de justiça com esses funcionários que cumprem um papel muito importante e fundamental nos nossos colégios estaduais. Então, é uma questão que estão sendo avançada dentro do Governo e tenho certeza de que esta velocidade será acelerada nas próximas semanas e logo, logo estaremos tendo a oportunidade de debater e deliberar sobre esta questão aqui na Assembleia Legislativa do Paraná. Dizer também, Sr. Presidente, que hoje foi um dia importante para o nosso Porto de Paranaguá, pois foi entregue o projeto executivo do moegão, um investimento na obra que será de quase R\$ 600 milhões, a maior obra deste tipo no nosso Brasil. Para vocês terem uma ideia, o número de vagões descarregados no Porto de Paranaguá passará dos atuais 550 para 900 por dia. Então, com toda a certeza, vai aumentar muito o volume e a capacidade do nosso Porto, o que vem ao encontro deste momento que o Paraná vive, ao buscar se tornar o grande centro logístico não só do Brasil, mas principalmente da América Latina, e é evidente que o nosso Porto de Paranaguá, que vive um momento muito especial na sua história, sob uma administração muito eficiente, é protagonista deste processo. Não adianta falar da Nova Ferroeste se não tivermos um Porto cada vez mais capacitado e é isso o que está acontecendo no nosso Porto de Paranaguá. Relembrar também aos Sr.^s Deputados que, nessa última sexta-feira, foi assinado o decreto com a nova tabela do piso regional aqui do Estado do Paraná, com faixas salariais que vão de R\$ 1.749,00 a R\$ 2.017,00, tornando o Paraná mais uma vez o maior piso regional do salário-mínimo, uma conquista importante do trabalhador do Paraná reconhecida pelo nosso Governador Ratinho Júnior. Para fechar as boas notícias, falar da educação. Na semana passada tivemos o fim de uma história, uma parte negra da história da educação no Paraná, pois foi entregue a última obra das 14 escolas estaduais que estavam ainda paralisadas pela operação Quadro Negro, foi o Colégio Cívico-Militar 1.º Centenário, em

Campo Largo, que recebeu investimento de quase R\$ 8 milhões. No total, o investimento nessas 14 unidades ultrapassou mais de R\$ 40 milhões, entre novas construções e reformas das estruturas já existentes. Dessa maneira, deixamos para trás na história da educação do Paraná essa história triste que foi o Quadro Negro, transformado em obras efetivas e concretas, que já estão em funcionamento, atendendo as nossas crianças, os nossos professores e os nossos funcionários, ajudando a consolidar a educação pública do Estado do Paraná como a melhor educação pública do nosso Brasil.

Deputado Goura (PDT): Deputado Gugu.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Pois não, Deputado Goura.

Deputado Goura (PDT): Gostaria de pedir um aparte na sequência. Se o senhor puder!

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Por favor, pode usar a palavra.

Deputado Goura (PDT): Obrigado. Queria, Deputado, na qualidade do senhor como Vice-Líder do Governo, só fazer um pedido, uma solicitação pública aqui. Recebi através das redes sociais, através de cidadãos que nos procuraram, procuraram o nosso mandato, uma denúncia de corte de araucárias em um município aqui da Região Metropolitana, em Fazenda Rio Grande. Imediatamente, como Ex-Presidente da Comissão de Meio Ambiente e também como representante da Frente Parlamentar Ambientalista, encaminhei essas denúncias aos órgãos competentes, ao Ministério Público do Estado, ao Gaema, e também à Força Verde, que é o nosso Batalhão de Polícia Ambiental. Chegou para mim agora, Deputado, pela Força Verde, que esse corte foi autorizado pelo Governo do Estado do Paraná. São, quero dizer aqui, Presidente, 232 araucárias adultas que foram cortadas com autorização do órgão ambiental do Estado. Esta é uma situação, Deputado Gugu Bueno, que nos causa mais uma vez preocupação, porque é algo recorrente. No ano passado, em Almirante Tamandaré, também em Fazenda Rio Grande, parece que aquilo que deveria ser a exceção, o corte de uma, duas ou três árvores, tem sido a norma, tem sido a regra praticada pelo IAT. Gostaria, respeitosamente, mas como Vice-Líder e como Deputado, de fazer este

questionamento. Vamos oficializar os órgãos também. Porque é possível que um empreendimento..., e aqui é um empreendimento de uma construtora, que tenha um projeto arquitetônico de qualidade onde seja prevista a conservação das araucárias, símbolo do nosso Estado. E aqui tenho certeza, todos os Deputados e Deputadas concordam, é muito bom você morar perto de árvores, perto de bosques, você ter qualidade de vida. Então, acho que temos que ter uma mudança, Deputado Gugu Bueno, da maneira como o IAT está autorizando corte de árvores no nosso Estado. Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Obrigado, Deputado Goura. Peço que V.Ex.^a possa também nos encaminhar essa denúncia, para que possamos checar a informação evidentemente, para passar a informação devidamente correta e concreta. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: *Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Fabio Oliveira (PODE), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Márcia Huçulak (PSD), Marcio Pacheco (REP), Maria Victória (PP), Marli Paulino (SD), Matheus Vermelho (UNIÃO), Nelson Justus (UNIÃO),*

Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSD), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), Thiago Buhner (UNIÃO), e Tiago Amaral (PSD) (50 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Delegado Jacovós (PL), conforme art. 104 I § 1.º do Regimento Interno, Moacyr Fadel (PSD), conforme art. 97 Inc. III do § 3.º do Regimento Interno, Ney Leprevost (UNIÃO), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno, e Hussein Bakri (PSD), conforme art. 97 Inc. I § 3.º do Regimento Interno (4 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 618/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual de Incentivo, Divulgação e Valorização à Pesquisa Clínica e Ciência Aplicada à Saúde; **Autuado sob o n.º 619/2023**, do Deputado Doutor Antenor, que institui o Dia Estadual da Conscientização da Doença de Parkinson, a ser comemorado anualmente em 11 de abril; **Autuado sob o n.º 620/2023**, do Deputado Gugu Bueno, que concede o título de utilidade pública ao Handebol Clube Corbélia, com sede no município de Corbélia; **Autuado sob o n.º 621/2023**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, que concede o título de utilidade pública ao Instituto SOS 4 Patas, com sede no município de Campo Largo; **Autuado sob o n.º 622/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que dispõe sobre a transparência na divulgação das arrecadações oriundas das multas aplicadas por radares eletrônicos no âmbito do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 623/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece que nas casas noturnas do Paraná será feita revista dos frequentadores com detector de metais; **Autuado sob o n.º 624/2023**, do Deputado Ney Leprevost, que estabelece aos hospitais públicos do Paraná a adoção de procedimentos relacionados à humanização do luto materno e parental; **Autuado sob o n.º 625/2023**, da Deputada Mabel Canto, que consolida a legislação paranaense relativa aos direitos da mulher, criando o Código de Defesa dos Direitos da Mulher Paranaense. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

Temos 4 Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 520/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 120/2022, que altera a Lei n.º 14.975, de 28 de dezembro de 2005, que cria o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, conforme especifica, e adota outras providências.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 83/2023, de autoria do Deputado Matheus Vermelho, que concede o título de Destino do Mundo ao município de Foz do Iguaçu.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 288/2023, de autoria da Deputada Marli Paulino e do Deputado Goura, que inclui no roteiro turístico oficial do Estado do Paraná a Ciclorrotas Nascentes do Iguaçu, localizada nos municípios de Pinhais, Piraquara e Quatro Barras.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 364/2023, de autoria do Deputado Delegado Tito Barichello, que institui o Dia estadual de Valorização dos Agentes de Segurança Socioeducativo, a ser celebrado anualmente em 4 de outubro. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública.

DEPUTADO GOURA (PDT): Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Goura, por favor.

DEPUTADO GOURA (PDT): Se o senhor me permitir, só um breve comentário sobre o Item 3, que está em Redação Final. Posso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO GOURA (PDT): Só queria agradecer, Presidente. Deputada Marli, parabenizá-la. Estamos aqui na Redação Final; não pude participar da segunda votação, mas é o Projeto que cria oficialmente a Ciclorrota Nascentes do Iguaçu, nos municípios de Pinhais, Piraquara e Quatro Barras. É mais uma ação

importantíssima que esta Casa autoriza, legisla para que possamos ter uma política estadual do turismo de bicicleta, um turismo sustentável, um turismo de base comunitária. Então, parabenizar a Deputada Marli, Ex-Prefeita de Pinhais. E que possamos, cada vez mais, fortalecer essa política pública em todo o Estado. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovados.

ITEM 5 – 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 419/2021, de autoria da Deputada Mabel Canto, que denomina Lodeval Santos Ribas a cadeia pública de Ponta Grossa. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Segurança Pública. Vamos apreciar neste turno substitutivo geral aprovado em 2.ª discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha o voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição encaminha voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, até a título de conhecimento e orientação, vamos antecipar a Sessão de quarta-feira para amanhã à tarde, Sessão Ordinária antecipada em função da interiorização da Assembleia na cidade de Castro. Muitos Sr.ª Deputados pretendem já se deslocar a Castro na quarta-feira. Portanto, por solicitação da maioria dos Deputados, estamos então antecipando a Sessão.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, apenas reforçando aos membros da Comissão de Indústria e Comércio que, após a Sessão, teremos a reunião na sala Arnaldo Busato, anexo ao Plenário. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, só por uma questão de sugestão. Como vai ser antecipado e o Ministro vai estar à tarde lá, não seria o caso de pensarmos em antecipar para o período da manhã? O Ministro da Agricultura vai estar à tarde lá.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na tarde de quarta-feira.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Acho que é amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, não temos como antecipar, Deputado. Serão amanhã à tarde as duas Sessões Ordinárias. Ainda pendentes os votos dos Deputados Corti, Professor Lemos, Renato Freitas e Ana Júlia. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (46 deputados);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Del. Jacovós, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Moacyr Fadel, Ney Leprevost e Renato Freitas (8 Deputados).]* Com 46 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Substitutivo Geral.**

Os Itens 6, 7 e 8 faremos votação agrupada, por serem matérias correlatas.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 101/2023, de autoria do Deputado Goura, que concede o título de utilidade pública à Palco Escola – Ações em Valores Humanos, com sede no município de Curitiba. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 441/2023, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que concede o título de utilidade pública ao Instituto Gratidão, com sede no município de Piraquara. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 477/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral, que concede o título de utilidade pública à Associação dos Usuários do Sistema de Abastecimento de Água da Colônia Maria Luiza - ASA, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ.

Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “*sim*”.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado.

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Aqui na nossa região os Deputados e Deputadas têm uma reclamação do ar-condicionado, aqui estamos gelados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): É a idade que está pegando, Deputado Reichembach. Tenho certeza, porque já sentei aí e sofri demais também, mas vamos tomar as providências. A idade avançando é um risco muito grande! O nosso departamento médico aqui está meio carente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero informar que o lado da Oposição é sempre mais quente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): O lado da Oposição. Então, vamos regular o ar para ficar mais gelado também, Deputado. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner e Tiago Amaral (44 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Batatinha, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Goura, Hussein Bakri, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes da Tv e Renato Freitas (10 deputdos).] Com 44 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 350/2019, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, do Deputado Goura e do Deputado Arilson Chiorato, que dispõe

sobre o acolhimento das mulheres em situação de violência nas dependências das delegacias do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo Geral da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes? Votando.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): O Governo encaminha voto “*sim*”, Sr. Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): A Oposição pede o voto “*sim*”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Anibelli vai votar, por favor? Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adão Litro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia Ribeiro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Do Carmo, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson De Souza, Goura, Gugu Bueno, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Nelson Justus, Paulo Gomes Da Tv, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Thiago Buhner E Tiago Amaral (47 Deputdos);* **Não Votaram:** *Ademar Traiano, Batatinha, Del. Jacovós, Hussein Bakri, Luiz Fernando Guerra, Moacyr Fadel e Ney Leprevost (7 deputados).*]
Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 350/2019.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 1789/2023, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando informações ao Secretário de Saúde do Estado do Paraná, conforme especifica.

DEPUTADO GUGU BUENO (PSD): Em concordância com a Deputada, Sr. Presidente, vai ser enviado como expediente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, encaminharemos como expediente. **Conforme acordo do Líder do Governo com a autora, será encaminhado como envio de expediente.**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 1739/2023, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, requerendo a inclusão do município de Capanema no calendário dos Jogos de Aventura e Natura do ano de 2024; **Requerimento n.º 1740/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Sanepar, pela conquista do prêmio Valor Inovador, por ser a empresa mais inovadora do País no setor de infraestrutura; **Requerimentos n.ºs 1741, 1742, 1743, 1745 e 1747/2023**, do Deputado Ricardo Arruda, solicitando o registro de menção honrosa: ao Cabo RR João Francisco Rodrigues de Oliveira; ao Cabo Gamalher Batista de Souza Júnior; ao Soldado Rodolfo Assolari Moreira da Silva; ao Soldado Piter Felipe Ramos do Nascimento; e ao Soldado Wellington Januário; **Requerimentos n.ºs 1749 a 1753, 1756, 1758, 1759, 1761, 1762, 1765, 1776, 1780, 1781/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro de votos de pesar às famílias pelo falecimento dos Sr.ºs: Wilson Luiz Brotto; Francisco Carlos Salomão; José Milton Bastos Aresta; Marilda do Rocio da Silveira; Álvaro Luís França Santos; Isael Alves da Silva (Isael Poeta); Fidelus Francener; Sérgio Antônio Miola; Vanderley Ribeiro dos Santos; Manoel Kobachuk Filho; Márcio Stamm; Filipe Camargo de Souza Santos; Cabo da PMPR Carlos Rodrigo de Souza; e Tereza Cristina Monteiro de Almeida Sniecikoski; **Requerimento n.º 1760/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Copel, requerendo informações sobre soluções a serem apresentadas à população de Capanema aos eventos decorrentes do funcionamento da Usina Hidrelétrica debaixo Iguaçu; **Requerimento n.º 1763/2023**, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o envio de

votos de pesar à família pelo falecimento do Prefeito de Ivaí, Sr. Idir Treviso; **Requerimento n.º 1766/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de louvor aos ilustres Soldados da Polícia Militar do Estado do Paraná, Sr.^a Kely Vanessa da Mota Castagnaro e Sr. Dartagnan Vitor Carvalho Silva, que atuaram com bravura no conhecido assalto à Catedral de Londrina, em 13 de agosto de 2018, salvando 15 reféns, efetuando a prisão dos criminosos e recuperando o produto do roubo; **Requerimentos n.ºs 1767, 1769 a 1772, 1774, 1783, 1787, 1788, 1791/2023**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: ao Subtenente Charles de Castro Brito; ao 1.º Sargento Maurício Luciano Fogaça; à 2.ª Sargento Maria Cláudia Gonçalves; ao 3.º Sargento Fernando Augusto Coelho; à Cabo Vivian Mara de Souza; ao Soldado Robson da Silva Alves; ao Soldado Denner Marques Lopes; à Cabo Vivian Mara de Souza; ao Subtenente Luis Fernando Monteiro dos Santos; e ao 1.º Tenente Joel Fernandes de Lima Filho; **Requerimentos n.ºs 1775, 1777, 1779/2023**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento dos Sr.^s: Thereza Rampin Ratti; Joana Guizum; e Idir Treviso; **Requerimentos n.ºs 1768 e 1773/2023**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa: à Academia de Letras dos Militares Estaduais do Paraná - Almepar; e aos 46 anos da Igreja Universal do Reino de Deus; **Requerimento n.º 1778/2023**, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento, no dia 6 de agosto de 2023, da Sr.^a Maria das Dores Moreira, no município de Curitiba, mãe do Ministro da Eucaristia do Santuário Nossa Senhora da Guadalupe de Curitiba e renomado Engenheiro de Segurança do Trabalho, Sr. Walter José Moreira; **Requerimentos n.ºs 1782, 1784 e 1785/2023**, do Deputado Ney Leprevost, solicitando o registro e o envio de votos de louvor: ao Sr. Cláudio Shimoyama; ao Grupo Barigui; e ao Mercado Municipal de Curitiba; **Requerimento n.º 1786/2023**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de expediente ao Deputado Federal Líder da Bancada Federal do Estado do Paraná, Sr. Toninho Wandscheer, requerendo a inclusão de emenda parlamentar para o ambulatório de endometriose do Hospital Universitário Evangélico Mackenzie de Curitiba.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1744/2023, dos Deputados Luís Corti e Tiago Amaral, requerendo a inclusão do Deputado Luís Corti como coautor do Projeto de Lei n.º 545/2023, de autoria do Deputado Tiago Amaral; **Requerimento n.º 1748/2023**, do Deputado Luís Corti, solicitando o arquivamento do Requerimento n.º 1.682/2023, para aprimorar as informações no documento; **Requerimento n.º 1755/2023**, do Deputado Doutor Antenor, solicitando que seja retirado o seu nome da Frente Parlamentar de Proteção à Saúde Mental, pois está inserido em 4 (quatro) Frentes Parlamentares; **Requerimento n.º 1757/2023**, do Deputado Gugu Bueno, solicitando a saída da Frente Parlamentar da Engenharia, Agronomia, Geociências e da Infraestrutura e Desenvolvimento Sustentável do Paraná; **Requerimento n.º 1764/2023**, dos Deputados Cobra Repórter e Tiago Amaral, solicitando a inclusão do Deputado Tiago Amaral como coautor do Projeto de Lei n.º 377/2023, de autoria do Deputado Cobra Repórter.

Ao Cerimonial, à Diretoria-Geral e à Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 1792/2023, da Deputada Márcia Huçulak e do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, requerendo o uso do horário do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 29 de agosto de 2023 para ouvir o Sr. Rafael Valdomiro Greca de Macedo, que disporá sobre o Movimento Paranismo.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a Sessão Plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 1746/2023**, do Deputado Doutor Antenor, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 1.º de agosto de 2023.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º**

1754/2023, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 1.º e 2 de agosto de 2023.

REQUERIMENTO RETIRADO.

Requerimento n.º 1790/2023, da Deputada Ana Júlia, solicitando informações à Secretária de Estado da Educação sobre o financiamento do Atendimento Educacional Especializado - AEE. **Retirado pela autora.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras **Sessões Ordinárias** para amanhã, terça-feira, dia 8 de agosto de 2023, à hora regimental, com as seguintes **Ordens do Dia: 1.ª Ordinária** - 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 350/2019; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 33/2023, 88/2023, 431/2023 e 448/2023; **2.ª Ordinária, antecipada de quarta-feira** - 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 350/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 33/2023, 88/2023, 431/2023 e 448/2023; e 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 362/2021.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h51, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)